



LEVANTAMENTO

TJ de Alagoas tem orçamento de R\$ 840 milhões em 2025, mas figura entre os menos eficientes do país

MACEIÓ, 17/10/ 2025 A 24/10/2025 - ANO IV - EDIÇÃO 222 - R\$ 3,00
REDEREPORTER.COM.BR

MANDOU A REAL – Renan Filho provoca o MDB e desafia Lula: “Vaga de vice é simbólica, mas o partido precisa se decidir”



IMPEACHMENT

Série “Caçador de Marajás”, do Globoplay, revisita ascensão e queda de Fernando Collor



BONS AMIGOS

JHC fecha apoio a Arthur Lira para o Senado e tenta manter equilíbrio com Lula e Renan



SEU BOLSO

Renan propõe dividir projeto do Imposto de Renda após mudanças feitas por Lira



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



EM DEFESA DO POVO

O ex-deputado Léo Loureiro continua sendo um grande amigo e defensor do povo alagoano. Mesmo sem mandato, Léo segue ajudando quem mais precisa. Sempre atuante em causas sociais, ele tem mostrado mais trabalho que muitos que apenas ocupam uma cadeira na Casa de Tavares Bastos.

CIRURGIAS COM PRIORIDADE

A Justiça determinou que o Governo de Alagoas realize, com urgência, todas as consultas, exames e cirurgias necessárias para crianças com microcefalia decorrente da Síndrome Congênita do Zika Vírus. A decisão atende a uma Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/AL), por meio do Núcleo de Proteção Coletiva.

REVISÃO IMPORTANTE

Uma faculdade alagoana vai promover, neste mês de outubro, um aulão gratuito de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com transmissão on-line aberta a todo o Brasil. O evento, sediado na unidade de Maceió, reunirá professores renomados e abordará os principais temas cobrados na prova.

SAÚDE EM ALERTA

Diante de um alerta de meningite, a UPA de Maceió está capacitando profissionais para identificar e conter possíveis surtos. O treinamento intensivo prepara as equipes para reconhecer sintomas, notificar casos suspeitos e adotar medidas preventivas. A ação é promovida pela Secretaria Municipal de Saúde e reforça a vigilância epidemiológica e o cuidado com a saúde da população maceioense.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:

REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmar Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa

Silveira de Mendonça Fragoso, filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudei-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômico da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional.

Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



CAMARA DOS DEPUTADOS – Comissão da Câmara debate gratuidade no transporte público para promover inclusão social e acesso a direitos fundamentais

No próximo dia 21 de outubro, a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados se reunirá para discutir a proposta da gratuidade integral e universal no transporte público no Brasil. Esta audiência, proposta pelo deputado Jilmar Tatto, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, está agendada para as 16 horas, com o local ainda a ser definido.

A discussão visa aprofundar a análise sobre a implementação de uma tarifa zero no transporte coletivo, levando em conta aspectos econômicos, sociais e administrativos. O encontro contará com a participação de especialistas, representantes da sociedade civil e autoridades locais, que trarão diferentes perspectivas sobre a viabilidade dessa proposta.

Jilmar Tatto enfatizou que o transporte público é um serviço essencial para

proporcionar acesso a direitos básicos, como educação, saúde e oportunidades de trabalho. Ele argumenta que a gratuidade no transporte não deve ser apenas uma possibilidade, mas sim uma medida fundamental para promover a inclusão social e estabelecer uma política pública que seja mais justa, acessível e democrática. Para Tatto, essa audiência é o primeiro passo para uma discussão mais ampla sobre as desigualdades enfrentadas pela população em relação à mobilidade urbana.

Os defensores da tarifa zero apontam que a gratuidade no transporte público pode reduzir barreiras econômicas que impedem muitos cidadãos de acessarem serviços essenciais e oportunidades de emprego. Além disso, uma política de transporte mais inclusiva pode contribuir

para a redução da desigualdade social e para a promoção de uma cidades mais sustentáveis e integradas.

Por outro lado, críticos da proposta levantam preocupações sobre a sustentabilidade financeira das empresas de transporte e a viabilidade operacional de um sistema completamente gratuito. A audiência se propõe, portanto, a coletar opiniões diversas e a construir um entendimento que possa levar em consideração as vantagens e desvantagens de tal iniciativa.

Diante do cenário atual, em que a mobilidade urbana é cada vez mais discutida no contexto de acesso e inclusão, a proposta de gratuidade no transporte público se apresenta como um tema relevante e urgente, com potencial para impactar significativamente a vida dos cidadãos.

MANDOU A REAL

Renan Filho provoca o MDB e desafia Lula: "Vaga de vice é simbólica, mas o partido precisa se decidir"



Em tom provocador, o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL), incendiou o debate político em Brasília ao afirmar que o MDB pode ocupar a vaga de vice na chapa de Lula em 2026, mas que o partido "precisa se decidir de que lado está". A declaração, feita em entrevista ao Canal UOL, foi interpretada como um recado direto aos caciques da legenda que resistem à aliança formal com o PT.

"Uma vaga de vice é simbólica, é importante, mas o partido precisa estar do lado certo. O MDB tem três

ministérios, está no governo, e não dá pra continuar com quem quer cargo sem apoiar o presidente Lula", afirmou o ministro, em tom de cobrança. Renan, cada vez mais à vontade no papel de articulador político, defendeu a estratégia do Planalto de afastar os infiéis e concentrar o poder nos aliados leais. "O governo acerta ao retirar aqueles que não garantem apoio. Não faz sentido montar uma coalizão se parte dela vota contra o governo", disse, citando a MP dos Impostos, que aumenta tributos sobre bancos e grandes fortunas.

Sem citar nomes, Renan fez questão de cutucar os colegas de partido que tentam manter distância de Lula. "O MDB não é um partido cartorial, não tem dono. Vai decidir em convenção, democraticamente. Mas quem quiser estar com o governo precisa mostrar isso com atitudes", provocou. A fala foi lida como uma tentativa de isolar setores do partido ligados a nomes como Eduardo Braga, Simone Tebet e Baleia Rossi, que ainda flertam com a ideia de uma candidatura própria em 2026.

Entre elogios e alfinetadas, Renan também tratou de exibir

resultados da sua gestão no Ministério dos Transportes. Disse que o Brasil vive um recorde histórico de investimentos privados em infraestrutura, graças à previsibilidade dos novos leilões e às regras claras para investidores. "Quando cheguei ao ministério, não havia projetos nem cronograma. Hoje o investidor sabe quando e como os leilões vão acontecer. É isso que atrai capital e mostra que o país está no rumo certo", afirmou, em tom de conquista pessoal.

MUDANÇAS

Governo regulamenta atuação de instrutores autônomos para aulas práticas e abre caminho para CNH sem autoescola –



O governo federal divulgou nesta semana as novas regras que permitem a atuação de instrutores autônomos — profissionais sem vínculo com autoescolas — na formação de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A medida, proposta pelo Ministério dos Transportes, vale tanto para as categorias de carros quanto de motocicletas e representa um passo importante para flexibilizar o processo de obtenção da habilitação no país.

O objetivo é reduzir os custos da CNH e ampliar o acesso à formação de condutores. O

ministro Renan Filho já havia afirmado, em entrevista à GloboNews, que o governo estuda a possibilidade de eliminar a obrigatoriedade do curso em autoescolas, mantendo, no entanto, as exigências de exames teóricos e práticos.

De acordo com as novas regras, o instrutor autônomo deve ter no mínimo 21 anos, possuir ensino médio completo, licença para dirigir há pelo menos dois anos e não ter cometido infrações gravíssimas nos últimos 60 dias, nem ter sofrido cassação da CNH. Também será necessário realizar um curso de formação específica em pedagogia, legislação de trânsito e direção defensiva, com certificação emitida pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Os veículos utilizados nas aulas devem atender aos padrões de segurança do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). No caso das motos, é exigido que tenham até oito anos de fabricação; já os carros, até doze anos; e os veículos de carga, até vinte anos. Todos devem estar identificados como veículos de instrução e

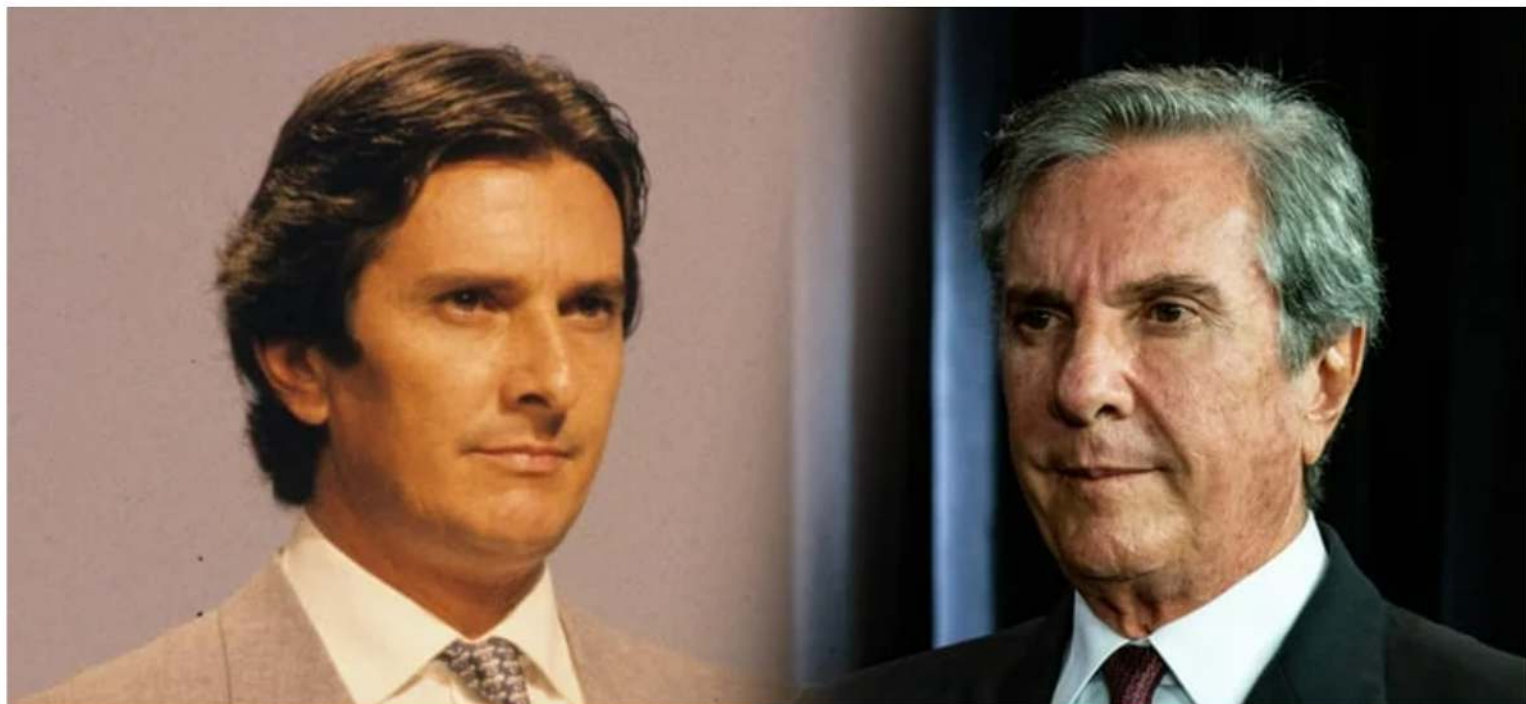
devidamente registrados no Detran e no Ministério dos Transportes.

Durante as aulas práticas, o instrutor deverá portar documentos como CNH, credencial de instrutor, licença de aprendizagem veicular e certificado de registro do veículo. Ele também será responsável por registrar e validar a presença do aluno, estando sujeito à fiscalização dos órgãos de trânsito, que poderão realizar inspeções a qualquer momento.

O projeto que altera o modelo de formação de condutores segue em consulta pública até 2 de novembro, e as contribuições da sociedade poderão influenciar o texto final da regulamentação.

A proposta aproxima o Brasil de modelos já adotados em países como Estados Unidos, Canadá, Japão e Argentina, onde as aulas com instrutores independentes são permitidas e a frequência em autoescolas não é obrigatória. Em todos esses casos, porém, o candidato ainda precisa comprovar sua aptidão em exames teóricos e práticos antes de obter a licença definitiva para dirigir.

IMPEACHMENT

Série "Caçador de Marajás", do Globoplay, revisita ascensão e queda de Fernando Collor

O Globoplay lançou nesta quinta-feira (16) a série documental *"Caçador de Marajás"*, uma produção que remonta a trajetória política e pessoal de Fernando Collor de Mello, ex-presidente da República e uma das figuras mais emblemáticas da história recente do Brasil. Produzida pela Boutique Filmes em parceria com a Waking Up Films, a série já está disponível na plataforma e conta com sete episódios.

O documentário percorre desde os primeiros passos de Collor na política alagoana — quando, como

governador, ganhou notoriedade nacional ao se apresentar como combatente dos privilégios, o que lhe rendeu o apelido que dá nome à produção — até sua ascensão meteórica à Presidência e a queda abrupta com a renúncia em 1992, após o processo de impeachment.

A série reúne depoimentos de ex-presidentes, jornalistas, familiares, amigos e antigos funcionários da família Collor, além de um vasto acervo de imagens e registros históricos. Também explora aspectos pouco conhecidos da infância e juventude do político

alagoano, buscando compreender as raízes de sua personalidade e os fatores que moldaram seu destino político.

"O que torna essa história tão fascinante é a mistura entre uma tragédia familiar e o destino de um país. A meteórica ascensão de Collor e sua brutal queda começaram com uma briga entre irmãos e acabaram abalando toda uma geração", disse o diretor Charly Braun, que iniciou as pesquisas para o projeto há dez anos.

Segundo os produtores Marcelo Campanér e Gustavo Mello, o

trabalho envolveu viagens por diferentes regiões do Brasil em busca de documentos e testemunhos inéditos. O resultado é um acervo que cobre mais de sete décadas de história política e familiar, incluindo registros exclusivos do acervo da Globo.

Com uma abordagem que combina memória, bastidores e drama, *"Caçador de Marajás"* promete oferecer uma visão ampla e profunda sobre o ex-presidente alagoano — de seu auge político ao declínio que marcou uma era.

SEU BOLSO

Você pode ter dinheiro esquecido do Plano Collor; veja como consultar valores

Brasileiros que mantiveram dinheiro aplicado na poupança durante os anos 1980 e 1990 podem ter direito a receber valores esquecidos em decorrência das perdas causadas pelos antigos planos econômicos implantados durante o governo de Fernando Collor de Mello. Entre os planos envolvidos estão o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989), além dos Planos Collor I (1990) e II (1991), todos implementados em meio à hiperinflação que atingiu o país na época. Essas medidas mudaram a forma de cálculo dos rendimentos das cadernetas de

significativas para milhões de poupadores.

Devido a essas perdas, muitos brasileiros entraram com ações judiciais contra bancos e o governo federal. Com o objetivo de resolver essas pendências, foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) um acordo coletivo que permite a aproximadamente 300 mil poupadores e seus herdeiros reivindicarem os valores atualizados, sem a necessidade de ingressar com novas ações judiciais.

Em decisão recente, o STF prorrogou por mais 24 meses o prazo para adesão ao acordo, estendendo o prazo para solicitação do ressarcimento até junho de 2027. Podem aderir ao acordo os poupadores que moveram ações judiciais contra as perdas ocasionadas pelos planos econômicos, bem como seus herdeiros legais ou responsáveis pelo inventário — como cônjuges, filhos, pais e parentes até o quarto grau.

Para saber se há valores a receber, o primeiro passo é consultar o site do Tribunal de

foi movida, na seção de "consulta de processos", usando nome completo e CPF. Caso não seja possível localizar as informações online, o interessado pode ir pessoalmente ao fórum local e solicitar auxílio no setor de distribuição e consulta de processos.

A adesão ao acordo é gratuita e pode ser feita por meio dos canais da Federação Brasileira das Associações de Poupadores (Febrapo), pelo telefone 0800-775-5082, pelo número (11) 3164-7122 ou pelo WhatsApp (11) 97611-2209. O pagamento dos valores esquecidos ocorre em até 15 dias úteis após a finalização do processo.

Até fevereiro de 2025, mais de 326 mil acordos já haviam sido firmados, resultando em pagamentos que somam cerca de R\$ 5 bilhões aos poupadores e seus sucessores. A prorrogação do prazo oferece mais tempo para que os brasileiros que tiveram perdas com os planos econômicos recuperem seus recursos.

BONS AMIGOS

JHC fecha apoio a Arthur Lira para o Senado e tenta manter equilíbrio com Lula e Renan

O prefeito de Maceió, JHC (PL), decidiu oficialmente apoiar o deputado federal Arthur Lira (PP) na disputa pelo Senado em 2026. A escolha, resultado de articulações políticas e gestos públicos recentes, consolida a reaproximação entre os dois líderes alagoanos e encerra as especulações sobre um possível distanciamento entre eles.

Nos bastidores, a movimentação de JHC é vista como estratégica. O prefeito quer

fortalecer a aliança com Lira sem romper pontes com o grupo do senador Renan Calheiros (MDB) nem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com interlocutores próximos, o compromisso assumido com o Planalto foi claro: JHC não será candidato ao Senado e não apoiará outro nome para a vaga além do de Lira — a menos que o próprio Lula peça apoio a Renan.

O cálculo político é delicado. O apoio a Lira agrada à base liberal

e de centro-direita do prefeito, mas uma aproximação explícita com Renan poderia gerar desconforto entre aliados locais. A expectativa, portanto, é que JHC mantenha uma postura de equilíbrio, adotando um tom de “simpatia discreta” em relação ao MDB, em cumprimento a compromissos institucionais e de lealdade com o governo federal.

Com a decisão, JHC se distancia das articulações que envolvem outros possíveis

nomes para o Senado, como os de Davi Davino Filho e Alfredo Gaspar de Mendonça, ambos com forte presença eleitoral na capital. A movimentação confirma o peso de Maceió no tabuleiro político de 2026 e reforça o papel de JHC como um dos principais articuladores da nova composição de forças em Alagoas.

ALIADOS

JHC e Arthur Lira reafirmam parceria política em evento de entregas em Maceió – com Jornal Rede Repórter

O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o prefeito de Maceió, JHC (PL), reafirmaram nesta semana a força e a continuidade da aliança política que mantêm há anos. O gesto, marcado por tom simbólico e de unidade, ocorreu durante a entrega das obras de requalificação da Praça da Maravilha e do II Centro de Saúde Diógenes Jucá Bernardes, no bairro do Poço, em Maceió.

Durante o evento, Lira elogiou a administração municipal e afirmou que

Maceió “se tornou referência nacional em planejamento e execução de políticas públicas”. Segundo ele, o avanço da capital reflete o bom diálogo entre sua atuação parlamentar e a gestão de JHC. “Os municípios são os entes federativos que mais sofrem com a escassez de repasses federais e estaduais, e o prefeito JHC tem sabido escolher os melhores vetores de investimento, definindo com clareza as rotas para o desenvolvimento da cidade”, destacou.

O prefeito, por sua vez, reiterou que a parceria com Lira segue “politicamente sólida” e afirmou que as obras entregues — a praça requalificada com acessibilidade, iluminação e paisagismo, além do centro de saúde reformado — são frutos diretos dessa cooperação. “Arthur Lira é um grande aliado da nossa gestão e da nossa caminhada política. Marchamos juntos e

seguiremos unidos pelo bem de Alagoas e de Maceió”, afirmou JHC.

O encontro também serviu para reforçar o apoio de Lira ao projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos, proposta relatada por ele enquanto presidia a Câmara. O deputado alagoano pediu que o Senado “aja com responsabilidade e sem politicagem” ao analisar a matéria, lembrando que a Câmara “cumprir seus prazos com diálogo e compromisso social”.

Lira destacou ainda que a ampliação da faixa de isenção beneficiará milhões de brasileiros, especialmente os de baixa renda. O evento consolidou mais uma demonstração pública da aliança entre os dois principais nomes do grupo político que hoje comanda Maceió e tem forte influência sobre o cenário eleitoral de 2026 em Alagoas.

SEU BOLSO

Renan propõe dividir projeto do Imposto de Renda após mudanças feitas por Lira

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator do projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil, defendeu o "fatiamento" da proposta após a tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo o parlamentar, o texto aprovado pelos deputados recebeu trechos "estranhos à matéria" inseridos pelo relator

na Casa, Arthur Lira (PP-AL), que precisam ser revistos pelo Senado.

Renan argumenta que a revisão é necessária para garantir a integridade do projeto original, voltado à desoneração da base salarial. Ele afirmou que pretende propor a separação das partes consideradas alheias ao tema central, a fim de permitir que a ampliação da isenção avance sem novas

controvérsias políticas ou jurídicas.

A ideia de dividir a proposta, no entanto, não conta com apoio unânime dentro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Integrantes da equipe econômica temem que a fragmentação do texto atrase a tramitação e prejudique o cronograma de execução da nova tabela do IR, prevista para o próximo exercício fiscal.

O impasse reacende a disputa entre Câmara e Senado sobre o rito de tramitação de projetos de impacto tributário. Enquanto Lira defende a aprovação integral do texto que recebeu emendas na Câmara, Renan sustenta que o Senado deve exercer seu papel revisor com rigor, "corrigindo distorções" antes da sanção presidencial.

IR

Senado Analisa Proposta de Isenção do Imposto de Renda; Renan Calheiros Promete Tramitação Rápida com Possíveis Ajustes Técnicos e Audiências Públicas

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator do projeto que visa expandir a faixa de isenção do Imposto de Renda, declarou que ainda não estão definidas possíveis modificações no texto aprovado anteriormente pela Câmara dos Deputados. Ele ressaltou que o Senado está atualmente analisando o impacto fiscal das propostas com base em dados recentes fornecidos pela Receita Federal e pela Consultoria Legislativa.

Recentemente, em uma reunião realizada com representantes da Receita, Renan buscou esclarecer as informações disponíveis para embasar a análise do projeto. A proposta, que já havia sido aprovada na Câmara com um

expressivo apoio, onde obteve 493 votos favoráveis e nenhum contrário, propõe aumentar a faixa de isenção para rendimentos de até R\$ 5 mil mensais. Além disso, prevê reduções proporcionais para rendimentos que variem entre R\$ 5.000 e R\$ 7.359, além de estabelecer uma alíquota mínima de 10% para contribuintes que auferirem mensalmente acima de R\$ 50 mil. Essa alteração, que se alinha a uma das principais promessas da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é estimada em um impacto fiscal de R\$ 30 bilhões anualmente e pode beneficiar aproximadamente 11 milhões de brasileiros.

No Senado, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), determinou que a proposta seja analisada exclusivamente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), liderada pelo próprio Renan. Este último anunciou a intenção de realizar uma série de audiências públicas com a participação de autoridades e especialistas, incluindo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, para uma

discussão abrangente sobre o tema.

Renan manifestou o desejo de uma tramitação célere, mas se comprometeu a não descuidar dos ajustes necessários. Ele enfatizou que, embora busquem evitar o retorno do texto à Câmara, quaisquer mudanças que se mostrem imprescindíveis serão feitas. O senador já havia expressado preocupações sobre como o projeto foi conduzido anteriormente, considerando que sua tramitação na Câmara havia distorcido aspectos essenciais do conteúdo original.

A expectativa é que Renan apresente seu parecer até o final de outubro, permitindo que o texto siga para votação em plenário. O governo federal almeja sancionar a proposta ainda em 2025, possibilitando que as novas faixas de isenção sejam aplicadas na declaração de 2026, um movimento estratégico visto como um dos principais ativos eleitorais da administração Lula. Essa mudança tem grandes implicações socioeconômicas e busca aliviar a carga tributária sobre os contribuintes de menor renda no país.

LEVANTAMENTO

TJ de Alagoas tem orçamento de R\$ 840 milhões em 2025, mas figura entre os menos eficientes do país



O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) conta, em 2025, com um orçamento que ultrapassa R\$ 840 milhões, representando um aumento de aproximadamente 25% em relação ao ano anterior. Apesar do crescimento expressivo dos recursos, o desempenho do órgão continua entre os piores do país em eficiência e produtividade.

Segundo o relatório Justiça em Números, divulgado recentemente pelo Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), o índice de eficiência do TJ/AL é de apenas 50%. O tribunal aparece entre os três menos eficientes do Brasil, atrás apenas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), com 42%, e empatado com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ/PE).

O levantamento, que utiliza o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) — indicador que varia de 0 a 100% —, compara a eficiência dos órgãos do Poder Judiciário

em todo o país. Em Alagoas, os resultados mostram baixo aproveitamento total e altos índices de congestionamento processual.

De acordo com o CNJ, o TJ/AL registra uma taxa total de congestionamento de 52,4%, o que significa que mais da metade dos processos que tramitaram ao longo de um ano permanecem sem solução. Na 1ª instância, a situação é ainda mais crítica: a taxa de congestionamento chega a 67%, colocando o tribunal entre

os cinco com pior desempenho nacional — atrás apenas dos TJs de Minas Gerais e Espírito Santo, e empatado com os de Rio Grande do Sul e São Paulo.

Outro dado preocupante é o índice de conciliação, que mede o percentual de processos solucionados por meio de acordos. A média nacional é de 9,5%, mas o TJ/AL registra apenas 6,7%, o segundo menor índice do Brasil, à frente apenas do TJ de São Paulo (5,9%).

ECONOMIA

BNDES Lança Programa de Crédito de R\$ 12 Bilhões para Recuperar Produtores Rurais Afetados por Perdas de Safra e Calamidades Climáticas



Na última quinta-feira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a abertura do protocolo para a recepção de pedidos de crédito sob o Programa BNDES para Liquidação de Dívidas Rurais. Com um expressivo orçamento de R\$ 12 bilhões, a iniciativa visa apoiar a recuperação econômica de produtores agropecuários que enfrentaram perdas severas em suas safras.

Os financiamentos disponíveis por meio desse programa poderão ser solicitados através de uma rede de instituições financeiras

parceiras credenciadas pelo BNDES. Os interessados contarão com um prazo de até nove anos para o pagamento, com um ano de carência, o que oferece aos produtores uma margem de manobra financeira em um período desafiador.

O programa é direcionado a produtores rurais, associações, condomínios rurais e cooperativas agrícolas localizadas em municípios que, entre 2020 e 2024, tiveram declarações de estado de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidas pelo governo federal, em razão de eventos climáticos adversos, como secas ou enchentes. Essa abordagem reforça a importância de políticas públicas adaptadas às necessidades específicas das áreas mais afetadas.

Maria Fernanda Coelho, diretora de Crédito Digital e Gestão do Fundo Rio Doce, ressaltou o papel do BNDES como agente crucial do governo federal na implementação de políticas de

crédito de longo prazo. Ela destacou que, assim como o apoio dado às empresas no Rio Grande do Sul que sofreram com extremas condições climáticas, agora o foco recai sobre os agricultores, especialmente os familiares e médios produtores. Esses segmentos exercem uma função vital na segurança alimentar do país e na promoção do desenvolvimento regional.

Além disso, é importante destacar que, do total de recursos disponíveis, 40% estão reservados especificamente para beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Essa medida visa mitigar os impactos das perdas de safra entre os grupos mais vulneráveis, assegurando que a assistência financeira chegue a quem mais precisa, contribuindo assim para a sustentabilidade da produção rural no Brasil.

INTERNACIONAL

França é denunciada por violações sistemáticas dos direitos de menores migrantes desacompanhados, expostos a condições desumanas e sem assistência adequada, alerta ONU

Na última quinta-feira, um alerta alarmante veio à tona sobre a situação dos menores migrantes desacompanhados na França. Um relatório do Comitê dos Direitos da Criança da ONU denunciou que o país está cometendo "graves e sistemáticas violações" dos direitos desses jovens, que muitas vezes se encontram em condições que "ofendem a dignidade humana".

O comitê enfatizou que a França é responsável por falhas significativas na proteção dos menores, o que resulta em muitos deles vivendo nas ruas, em

parques ou acampamentos improvisados. Essa realidade expõe essas crianças a uma série de carências: há uma falta grave de alimentação adequada, acesso à água potável, assistência médica e, principalmente, educação.

Um dos pontos cruciais levantados pelos especialistas é a ineficácia dos processos de avaliação de idade. De acordo com o relatório, muitos jovens são impedidos de acessar o sistema de proteção infantil devido a falhas nos procedimentos que não oferecem garantias ou precisão suficientes. Essa situação leva a

um ciclo vicioso em que os menores ficam sem o apoio necessário do Estado enquanto aguardam decisões judiciais, um processo que pode se estender por mais de oito meses.

Além disso, o confinamento de menores em zonas de espera de aeroportos e fronteiras foi também criticado. O comitê considerou tal prática "desproporcional e arbitrária", destacando os danos significativos à saúde mental dessas crianças. A situação é ainda mais preocupante considerando que esses jovens frequentemente são forçados a

lidar com a angústia da incerteza e da privação.

A conclusão do comitê é inequívoca: a França tem falhado em suas obrigações sob a Convenção sobre os Direitos da Criança, perpetuando uma série de violações que não podem ser ignoradas. A necessidade de ações concretas para melhorar as condições e garantir os direitos desses vulneráveis se torna cada vez mais urgente, exigindo uma resposta imediata e eficaz por parte das autoridades francesas.

INTERNACIONAL

Premiê Húngaro Dialoga com Putin antes de Encontro Histórico com Trump para Discutir Conflito na Ucrânia e Relações Bilaterais

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, confirmou que terá uma conversa telefônica com o presidente russo, Vladimir Putin, nesta sexta-feira (17). Essa ligação faz parte dos esforços para preparar um encontro significativo entre Putin e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que está marcado para ocorrer na Hungria.

Orbán expressou otimismo quanto à importância desse diálogo entre os líderes russo e

americano, acreditando que isso pode ser um passo crucial na busca por soluções para o conflito na Ucrânia, que tem gerado tensões internacionais há anos. Ele destacou a necessidade de um ambiente propício para negociações produtivas que possam levar a uma resolução duradoura.

Para coordenar esse evento de grande relevância, a Hungria estabeleceu um comitê especial. Este grupo será responsável pela organização dos preparativos necessários para garantir que a reunião transcorra da melhor maneira possível. Orbán mencionou que este encontro ocorrerá uma semana após uma reunião preparatória entre os chanceleres da Rússia e dos Estados Unidos, ressaltando a importância dos diálogos bilaterais que antecedem o encontro dos presidentes.

Na véspera da conversa entre Orbán e Putin, o chanceler

húngaro, Peter Szijjarto, se reuniu com o chanceler russo, Sergei Lavrov, e com o vice-secretário de Estado dos EUA, Christopher Landau. A intenção dessas reuniões é discutir não apenas a logística do encontro, mas também os temas que deverão ser abordados por Putin e Trump durante suas conversações.

A Hungria se posiciona como um ponto de encontro estratégico para essas discussões, buscando desempenhar um papel de mediador em um cenário global marcado por incertezas políticas e sociais. A expectativa é que essa série de telefonemas e reuniões contribuam para um novo cenário nas relações entre Rússia e EUA, e potencialmente ajudem a parar a escalada do conflito na Ucrânia, que tem repercutido em diversas esferas internacionais.

ALAGOAS

Circuito Penedo de Cinema Abre Edital para Curadoria & Oferece Apoio a Cineclubistas Regionais



Em uma movimentação que promete animar o cenário cultural do Nordeste, o Circuito Penedo de Cinema abriu inscrições para curadores interessados em participar da Mostra Cineclubista de Cinema Livre. O evento chega à sua 15ª edição e ocorrerá na histórica cidade de Penedo, de 10 a 16 de novembro de 2025. As inscrições, que vão até o dia 24 de outubro, podem ser feitas de forma gratuita, sem a cobrança de taxas, por meio do site oficial do evento.

A promoção da iniciativa está a cargo da Universidade Federal de

Alagoas (Ufal), em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa de Alagoas (Secult-AL) e o Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo (IECPS). O evento busca ampliar a participação de realizadores e curadores de Alagoas e da região do Baixo São Francisco sergipano, assegurando hospedagem, alimentação e transporte para os cineclubistas selecionados.

A Mostra Cineclubista acontecerá de forma presencial entre os dias 13 e 15 de novembro,

na icônica Praça Marechal Deodoro, proporcionando um ambiente ao ar livre para a exibição das propostas de curadoria. Cada candidato poderá submeter até duas propostas em formato PDF, que devem ser enviadas junto ao formulário de inscrição disponível nas redes sociais do Circuito (@circuitopenedo).

O secretário de Estado da Cultura e Economia Criativa, Milton Muniz, ressaltou a importância do Circuito Penedo de Cinema como uma plataforma para cineclubistas locais expressarem suas visões

sobre o universo audiovisual. As propostas serão avaliadas entre os dias 24 e 28 de outubro, com os resultados divulgados no dia 29 do mesmo mês.

Para os selecionados, o evento cobre custos de transporte rodoviário, hospedagem e alimentação para dois representantes de cada cineclubista. Informações detalhadas, o edital completo e o formulário de inscrição estão disponíveis nas plataformas digitais do Circuito.

ALAGOAS

Jovens Transformam Comunicação Pública em Ferramenta de Cidadania com Projeto Filmaê em Alagoas



Em um marco significativo para a juventude periférica de Alagoas, o projeto "Filmaê" será oficialmente inaugurado no dia 6 de outubro, no Centro Cultural Arte Pajuçara, em Maceió. Promovido pelo Governo de Alagoas em colaboração com o ONU-Habitat, essa iniciativa visa transformar a comunicação em uma ferramenta poderosa de cidadania, oferecendo a jovens talentos a oportunidade de entrar no universo da produção audiovisual.

O "Filmaê" representa a continuidade e ampliação do

projeto precursor "Digaê!", que capacitou jovens das grotas de Maceió em técnicas de comunicação e narrativa. Essa nova etapa recruta 24 jovens das comunidades locais, proporcionando-lhes formação em áreas cruciais como direção, fotografia, produção e edição. Sob a orientação de profissionais da área, esses jovens transformaram aprendizados em obras, criando conteúdo valioso em suas próprias comunidades.

A coordenadora do ONU-Habitat em Alagoas, Paula Zacarias, destaca o "Filmaê" como exemplo de uma política pública eficaz e contínua, afirmando que ele fortalece a cidadania ao promover a comunicação conjunta entre governo e sociedade. A iniciativa não é apenas uma plataforma de aprendizado, mas um catalisador que inspira jovens a explorarem o mercado audiovisual de forma mais profissionalizada.

Paula Amaral, diretora de produção, observa o impacto positivo do projeto, especialmente em como ele habilita jovens a enxergarem a comunicação como um campo de oportunidades. "Foi inspirador ver como eles ampliaram horizontes e perceberam que podem ocupar espaços no mercado", afirma Amaral.

A Secretária de Estado da Fazenda, Renata dos Santos, resalta a importância de projetos como o "Filmaê" para o futuro de Alagoas. Segundo ela, investir na formação de jovens nas comunidades reforça não apenas talentos, mas também a autoestima e a cidadania.

O "Filmaê" emerge como uma iniciativa que vai além da educação formal, proporcionando um espaço onde jovens podem explorar seu potencial e impactar suas comunidades através da arte e da comunicação.

MÊS ESPECIAL

Secretaria Celebra Mês das Crianças com Circuito da Cidadania e Lazer em Maceió

A Secretaria da Primeira Infância celebrou o mês das crianças com um evento inovador e educativo: o "Dia da Criança: Circuito da Cidadania". Realizado na sede do Detran, no bairro Cidade Universitária, o evento reuniu cerca de 200 crianças, com idades entre 3 e 5 anos, de creches da rede Cria de Maceió. A proposta busca integrar lazer e aprendizado, proporcionando às crianças uma imersão no universo da cidadania através de atividades lúdicas e formativas.

Dividido em estações temáticas, o circuito permitiu que os pequenos

participassem de simulações que envolviam a emissão de documentos como RG e título de eleitor, além de oferecer ações voltadas à saúde, segurança no trânsito e práticas esportivas. As crianças também tiveram a oportunidade de explorar diferentes carreiras e compreender a importância da participação social.

O evento visa ensinar cidadania na prática, promovendo o entendimento sobre direitos e deveres de forma envolvente. A iniciativa também encoraja o desenvolvimento de habilidades

sociais essenciais, como cooperação, respeito às regras e tomada de decisão, tornando o aprendizado memorável.

A secretária de Estado da Primeira Infância, Caroline Leite, destacou a relevância de tais ações para a formação cidadã desde a primeira infância. Segundo ela, "o evento vai além do lazer, apresentando uma experiência educativa que aproxima a criança dos seus direitos e deveres de forma prática e divertida". Caroline reforçou que ações como essa fortalecem a presença do Estado no cotidiano das famílias,

mostrando que políticas públicas também se constroem com afeto e alegria.

O "Circuito da Cidadania" une diversão e educação, reafirmando o compromisso do governo com o desenvolvimento integral das crianças. Esta iniciativa não só celebra o mês das crianças, mas também promove uma compreensão precoce dos valores democráticos e da participação comunitária.

TURISMO

Maceió Planeja Transformar Locomotiva Maria Fumaça em Atração Turística e Cultural para Revitalizar Patrimônio Histórico

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e a Prefeitura de Maceió firmaram uma carta de intenções que prevê a revitalização da icônica locomotiva a vapor, conhecida como Maria Fumaça, transformando-a em uma atração turística de importância histórica. O documento foi assinado recentemente durante uma reunião entre o superintendente da CBTU, Max Ferreira, e o secretário municipal de Turismo, Eduardo Vianna.

Com quase um século de história, a Maria Fumaça, que foi fabricada em 1929 na Alemanha e adquirida pela CBTU em uma significativa homenagem à filha do proprietário da Usina Utinga

Leão, busca ganhar uma nova função que não apenas preserve sua história, mas também a conecte com o turismo contemporâneo. O objetivo principal da carta de intenções é promover uma colaboração técnica e institucional, assim como explorar formas de viabilizar rotas turísticas tanto com o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) quanto com a própria locomotiva.

Max Ferreira destaca que a proposta não se limita apenas à reativação da locomotiva, mas também inclui integrar o trem a uma variedade de experiências culturais, como apresentações artísticas e experiências gastronômicas. "A ideia é criar um turismo de experiência, similar ao que já se vê em diversas partes do Brasil e do mundo, onde trens temáticos oferecem uma ampla gama de atividades", afirmou.

A locomoção da Maria Fumaça, além de ser uma peça de resistência cultural, representa uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social para a cidade. A nostalgia que a locomotiva evoca pode impulsionar novos negócios no entorno e contribuir para a

geração de emprego e renda local, promovendo um turismo sustentável e educativo.

A carta de intenções também prevê o envolvimento da comunidade local por meio de parcerias que valorizem a gastronomia e a cultura regional. "Buscamos que o projeto da Maria Fumaça se integre às políticas públicas de turismo sustentável, garantindo o uso responsável dos espaços e a conservação do patrimônio cultural", complementou Ferreira.

A primeira reunião técnica para dar andamento aos estudos de viabilidade está agendada para a próxima semana. As expectativas são altas, pois a ressurreição da Maria Fumaça como uma atração turística não apenas proporcionará um passeio exclusivo, mas também representará um importante passo no resgate da memória afetiva do patrimônio histórico de Maceió.

A iniciativa promete não apenas revalorizar a locomotiva, mas também criar uma plataforma vibrante para o turismo na capital alagoana, unindo história, cultura e diversão.

SAÚDE

ARAPIRACA – Arapiraca Lança Carreta da Saúde da Mulher para Exames Ginecológicos Durante Outubro Rosa e Aumenta Acesso a Diagnósticos Precoces e Prevenção de Câncer



Em outubro, mês voltado para a conscientização e combate aos cânceres de mama e colo de útero, Arapiraca se destaca ao receber a Carreta da Saúde da Mulher. Este programa, que se insere na iniciativa "Agora Tem Especialista", é uma colaboração entre a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Saúde, e o Ministério da Saúde, com o intuito de proporcionar acesso a exames diagnósticos de saúde ginecológica.

Por um período de 30 dias, a carreta estará estacionada no Hospital de Amor, oferecendo exames que visam identificar precocemente potenciais

doenças. Todos os atendimentos são realizados mediante agendamento prévio nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que atuam como os primeiros pontos de contato para as mulheres que identificam qualquer sintoma durante o autoexame.

O coordenador da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, Marinaldo Nogueira, reforça que o projeto tem como foco oferecer um cuidado integral às mulheres. A proposta é que as pacientes iniciem um processo de investigação que só se conclui com um diagnóstico definitivo. "Este modelo facilita o percurso que a mulher deve trilhar em busca de sua

saúde, transformando a atenção especializada em um caminho mais acessível e humanizado", explica Nogueira.

A ação visa também fortalecer a rede de saúde da mulher em Arapiraca, ampliando o acesso a exames e reduzindo filas de espera, o que assegura mais agilidade e acolhimento.

Layza Oliveira, coordenadora de saúde da mulher, ressalta a importância do autoexame. Segundo ela, aproximadamente 80% dos diagnósticos de câncer de mama são feitos pelas próprias mulheres em casa, destacando a relevância de cultivar o hábito do toque das mamas, que pode

resultar em detecções precoces e, consequentemente, em melhores taxas de cura.

O câncer de mama é o tipo que mais acomete as mulheres no Brasil, além de ser a principal causa de morte entre o público feminino. Projeções estimam mais de 73 mil novos casos até 2025. Os principais sinais de alerta incluem nódulos fixos e indolores, alterações na pele da mama e modificações no mamilo, como inversão ou secreção espontânea. Portanto, promover a conscientização e facilitar o acesso ao diagnóstico precoce é uma prioridade fundamental para a saúde das mulheres na região.

SAÚDE

Comissão de Saúde aprova vacinação sem documentos em situações de emergência, garantindo acesso a imunizações e nova caderneta de vacinação para vulneráveis



Apoio à Vacinação em Situações Emergenciais: Projeto da Câmara Avança

Em uma importante votação, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que visa garantir o acesso à vacinação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), mesmo na ausência de documentos de identificação ou da caderneta de vacinação. A proposta é especialmente relevante em contextos de emergências, desastres ou situações de vulnerabilidade social.

O projeto, que modifica a legislação existente do PNI,

também prevê a emissão de uma nova caderneta de vacinação para aqueles que, por quaisquer motivos, perderem ou tiverem o documento original danificado durante o processo de vacinação. O deputado Dr. Luiz Ovando, relator da proposta, destacou que o novo texto proporciona uma redação mais objetiva e adequada aos padrões da técnica legislativa, enfatizando que a medida busca não apenas garantir o direito à vacinação, mas também proteger a integridade dos registros de saúde, em especial em circunstâncias onde a vulnerabilidade social se torna um fator determinante.

Durante as discussões na comissão, o relator reforçou a importância de simplificar o processo de identificação do vacinado, permitindo o uso de outras formas de identificação que serão definidas pelo Ministério da Saúde. Essa abordagem busca assegurar o rastreamento e o controle epidemiológico, elementos essenciais para a efetividade das campanhas de vacinação e

para a proteção da saúde pública.

As próximas etapas do processo legislativo envolvem a análise da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que avaliará o texto de forma conclusiva. Para que a proposta se torne lei, ela ainda precisa passar pelas votações da Câmara dos Deputados e do Senado. A aprovação dessa legislação poderá representar um avanço significativo na política de saúde pública do Brasil, facilitando o acesso à vacinação em momentos críticos e assegurando que as populações mais vulneráveis não fiquem desprotegidas.

Essa iniciativa demonstra um compromisso com a saúde coletiva e reforça a importância da vacinação como um direito universal, essencial para a prevenção de doenças e a promoção do bem-estar social. A expectativa é que, se o projeto for sancionado, ele traga impactos positivos e abrangentes na saúde pública do país.

**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

